



CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DA 3ª (TERCEIRA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª (QUARTA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2021/2024, realizada no dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, sob a condução do Sr. Leandro Maximo Caixeta, Presidente da Câmara Municipal de Patrocínio, que declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às nove horas. Foi executado o Hino Nacional. A mensagem bíblica foi lida pela Sra. Vra. Raquel Aparecida Rezende Moraes. Estavam presentes, na primeira chamada, os (as) Srs. (as) Vereadores (as): Adriana Fátima de Paula Magalhães - Alaércio Rodrigues Luzia - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Carlos Alberto Silva - Eliane Ferreira Nunes - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos - Leandro Maximo Caixeta - Natanael Oliveira Diniz - Paulo Roberto dos Santos (Panxita) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Thiago Oliveira Malagoli. - Wellington Rodrigo Fernandes (Mamazão). Vereador ausente da reunião: Odirlei José de Magalhães. Foi aprovada, sem alteração, a ata da 40ª Reunião. **ORDEM DO DIA 1ª (PRIMEIRA) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: Processo de Lei nº 933/2024 (PL nº 036/2024) – Revoga a Lei Municipal nº 5.608/2023 que “Delimita a área de Tombo da Serra do Cruzeiro, altera o artigo 1º da Lei nº 3.536 de 24 de abril de 2002 que “Dispõe sobre a implantação de área de Proteção Ambiental – APA no Município de Patrocínio” e contém outras providências (autor: Prefeito Municipal). O vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) fez uso da palavra dizendo que como o Projeto não tem parecer da Comissão de Mérito, que ele não foi respondido adequadamente pelo executivo, que veio uma recomendação do Ministério Público para ir contra o projeto e os vereadores votaram a favor. Que seja explicado adequadamente, que a Serra precisa de novas instruções a respeito e possa vir quem possa explicar corretamente. Que seja feito chamamento público. O vereador Thiago Oliveira Malagoli fez uso da palavra dizendo concordar com o vereador Panxita. Que o Ministério Público não faz valor de juízo, mas para fazer uma recomendação que é uma maravilha. Que quer ouvir da boca do Ministério Público. Que o vereador não é ambientalista, que precisa ter informações para ter valor de juízo e que se o Promotor não puder vir a Câmara, que os vereadores possam ir até o Ministério Público, que possa marcar essa semana. O vereador professor Alexandre Vitor Castro da Cruz fez uso da palavra dizendo que conhecimento técnico quase que não se tem, mas que merece que seja um voto técnico e ético. Que precisa refletir que a normativa dá vista 24 horas, como não tem como, então na próxima semana, obrigatoriamente deverá ser votado. Que o que está ganhando nesse momento é o tempo de uma semana. Que se tudo for de acordo como manda a nossa legislação ambiental, do nosso país, do nosso município, claro que todos nós primamos é por gerar empregos, é pelo bem estar de todo mundo, esse é o desejo de todos nós nesse momento. Que todos que acompanha o vereador professor Alexandre, sabe que ele faz um curso de Doutorado em Uberaba e tem compromisso na próxima segunda e terça, da semana que vem na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Que hoje irá votar a favor desta vista acompanhando o entendimento e pedido dos colegas, porque não tem conhecimento técnico pra isso, mas que não quer, o que nunca aconteceu nesses 8 (oito) anos que alguém**

ache que semana na semana que vem, tenha fugido da "raia" com o seu voto. Que quem acompanha ele, sabe perfeitamente que ele vai buscar embasamento para que ele seja totalmente técnico, porque o que diz respeito à educação, à saúde e ao meio ambiente precisa sim voto exclusivamente técnico. Que seja escrito em ata para não ter nenhum tipo problema com isso e que semana que vem, vai justificar sua ausência. Que entendam que esse tempo dado, quem vai decidir isso não serão os vereadores de Patrocínio, e sim a justiça que pode culpabilizar o prefeito, e que é visto vereador depois de anos serem presos e que a hora não é pra ver quem é Deiro e quem é Gustavo não. Que o momento é ética e de sensibilidade com as famílias empregadas e vendo a complexidade. Que não vai admitir que alguém fale que votou a vista e fugiu, pois nunca fez isso. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) fez uso da palavra dizendo que já tem um remanejamento quanto ao meio ambiente e estão jogando isso pra cima dos vereadores. Que não são os vereadores os responsáveis por essa questão. Que os vereadores não são entendidos, que o meio ambiente que tem que falar sobre. O vereador Thiago Oliveira Malagoli fez uso da palavra pedindo ao presidente para que faça convocação ao secretário de meio ambiente e coloque em votação. O presidente vereador Leandro Máximo Caixeta fez uso da palavra colocando em votação o pedido do vereador Thiago Malagoli. A solicitação foi votada e aprovada com unanimidade de 13 (treze) votos favoráveis. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães - Alaércio Rodrigues Luzia - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Carlos Alberto Silva - Eliane Ferreira Nunes - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos - Leandro Máximo Caixeta - Natanael Oliveira Diniz - Paulo Roberto dos Santos (Paxita) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Thiago Oliveira Malagoli. - Wellington Rodrigo Fernandes (Mamazão). Vereador ausente da reunião: Odirlei José de Magalhães. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) fez uso da palavra dizendo que tudo cai sobre os vereadores, que tem um plano diretor que tem oito anos que briga para ser mudado e não muda e que a culpa é dos vereadores que não votam o plano adequado para a cidade e quem é a responsabilidade. Que é mesma coisa, que para o meio ambiente tem que chamar o secretário de meio ambiente, vir os ambientalistas e fazer chamamento. Que precisa saber o que está votando. O vereador Natanael Oliveira Diniz fez uso da palavra dizendo que soa estranho, mas sabe que do ponto de vista econômico, que chegou para os vereadores apenas depois, mas que houve uma decisão de 18 março 2024. Que as vezes os vereadores acertam e erram e que há uma decisão judicial e quem vai pagar a multa é a população. Que não quer que daqui cinco, dez anos o oficial de justiça bata a porta intimando. Que o Ministério Público recomenda tudo e que a casa legislativa é soberana. Que falta apenas quatro sessões para terminar. Que a população possa entender como a gente vota. Que as pedras se fosse ser pegas em outra cidade na época, parece que pagaria até o triplo. A vereadora Eliane Ferreira Nunes fez uso da palavra dizendo que há um confronto de interesse. Que merece uma audiência pública e que a Serra é de uso sustentável, diferente do Parque da Matinha. Que não estará mais na Câmara, mas que talvez a empresa seria a maior parceira e que se for visto que se for constatado que não estragará em



CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

nada nosso meio ambiente, não tem porque. Que ouçam a população, pois as leis tem que ser questionada e que se for trazer problema, que seja barrado. Que o estudo é profundo e não dá tempo de ser concluído nessa gestão. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) fez uso da palavra questionando o porque fez a lei e a lei agora é inconstitucional. Que querem impor e que o prefeito desmatou pra depois tirar licença. E que os vereadores são culpados. A vereadora Adriana Fátima de Paula Magalhães fez uso da palavra dizendo que o colega está pedindo a vista e não vai ser votado hoje e será analisado. Que faltando 24 hs agora que vem falar sobre. Que não querem algo que prejudique e que se votar o que a juíza está pedindo, a empresa para e o certo é reunir com o empresário, o meio ambiente com o promotor. Que pede a reunião com o promotor. O vereador Florisvaldo José de Souza (Valtinho) fez uso da palavra dizendo que leria a sentença da juíza e questionou ao vereador que ele pediu reunião com o Ministério Público e se já tem o parecer da juíza, pode mudar alguma coisa no parecer. O vereador Thiago Oliveira Malagoli fez uso da palavra dizendo que pediu à prefeitura que respondesse ao requerimento de informação e respondeu daquele jeito, se não vai para esquerda, vai pra direita. Que há uma sentença em primeira instância, tem a segunda e terceira instância ainda, é matéria para vinte anos. Que já estão discutindo há doze anos desde a época do Cássio Remis. Que tem que ver o conflito dos interesses. Que se fosse prefeito, a lei é inconstitucional, faz outra. Que o Professor Morato sabe do que está se falando, que são muitos interesses e discutiu vários fatores. Que não vai prejudicar nenhuma empresa e a sentença tem oito meses. O vereador Carlos Alberto Silva fez uso da palavra dizendo que em Patrocínio não tem briteiro e tem que ir em Araxá pra conseguir. Que antes deveria ter uma audiência pública e ver o que tem que ser feito e ano que vem vários vereadores não estarão mais na Câmara. Que é isso, pedir vista e saber em que estão votando e trazer as pessoas que saibam e tenham conhecimento. O presidente vereador Leandro Máximo Caixeta fez uso da palavra colocando em votação o pedido de vista do vereador Paxita. A solicitação foi votada e aprovada com unanimidade de 13 (treze) votos favoráveis. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Fátima de Paula Magalhães - Alaércio Rodrigues Luzia - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Carlos Alberto Silva - Eliane Ferreira Nunes - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos - - Natanael Oliveira Diniz - Paulo Roberto dos Santos (Paxita) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Thiago Oliveira Malagoli. - Wellington Rodrigo Fernandes (Mamazão). Vereador ausente da reunião: Odirlei José de Magalhães.

Processo de Lei Complementar nº 68/2024 (PLC nº 05/2024) – Revoga os artigos 4º, 5º e 6º da Lei Complementar nº 194 de 15 de dezembro de 2020 que “Altera a Lei Complementar nº 40/2006 que Dispõe sobre o sistema tributário municipal e as normas gerais de direito tributário aplicáveis ao município” e contém outras providências (autor: Prefeito Municipal). A solicitação foi votada e reprovada 09 (nove) votos contrários, 02 (dois) votos favoráveis e 02 (duas) abstenções. Votaram favoravelmente os vereadores Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Wellington Rodrigo Fernandes (Mamazão). Votaram contrariamente os vereadores: Adriana Fátima de Paula Magalhães - Alaércio Rodrigues Luzia - Alexandre

Vitor Castro da Cruz - Carlos Alberto Silva - Eliane Ferreira Nunes - Francisca Carneiro dos Santos - Natanael Oliveira Diniz - Paulo Roberto dos Santos (Panxita) - Thiago Oliveira Malagoli. Abstenções: Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila). Vereador ausente da reunião: Odirlei José de Magalhães. **Processo de Lei Complementar nº 70/2024 (PLC 008/2024)** – Revoga a Lei Complementar nº 231 que “Altera os anexos II e III da Lei Complementar nº 53 de 30 de junho de 2009 que “Dispõe sobre a organização administrativa do executivo municipal de Patrocínio” e altera os anexos I, II e VI e cria o anexo VII da Lei Complementar nº 61 de 1º de outubro de 2009, que “Institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos para os servidores públicos do Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio – DAEPA, do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais – IPSEM e dos quadros setoriais da administração e da saúde do poder executivo do Município de Patrocínio”, criando-se cargos de : Coordenador de Canil, Coordenador de Enfermagem, Coordenador de Fisioterapia, Coordenador de UBS, Coordenador de Engenharia e execução de projetos, Coordenador de máquinas e equipamentos, Coordenador de projetos urbanísticos, Coordenador de obras civis e Supervisor de Custos e Controle” e contém outras providências (autor: Prefeito Municipal). O vereador Natanael Oliveira Diniz fez uso da palavra dizendo que todos prefeitos precisam de que hajam os cargos comissionados e se já estão criados, não tem porque retirar. Que será que cargos como coordenador da UBS não é importante. Que é cargo de livre nomeação e exoneração e cargo comissionado tem que trabalhar muito. Que espera que sejam ocupados por quem gosta de servir. O vereador Thiago Oliveira Malagoli fez uso da palavra dizendo que o projeto somente está na Câmara porque o prefeito está perdendo o foro privilegiado e terá que responder a uns três processos. Que está apenas criando tese de defesa. O vereador professor Alexandre Vitor Castro da Cruz fez uso da palavra dizendo que a questão dos cargos e que a lei está com problema e que precisa de reforma administrativa pra ver o que realmente é necessário e que prorrogará o concurso por mais dois anos. Que os cargos desnecessários não sejam mantidos. A solicitação foi votada e reprovada 09 (nove) votos contrários e 04 (quatro) votos favoráveis. Votaram favoravelmente os vereadores Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila).- Wellington Rodrigo Fernandes (Mamazão). Votaram contrariamente os vereadores: Adriana Fátima de Paula Magalhães - Alaércio Rodrigues Luzia - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Carlos Alberto Silva - Eliane Ferreira Nunes - Francisca Carneiro dos Santos - Natanael Oliveira Diniz - Paulo Roberto dos Santos (Panxita) - Thiago Oliveira Malagoli. Vereador ausente da reunião: Odirlei José de Magalhães. O vereador Natanael Oliveira Diniz fez uso da palavra pedindo ao prefeito que encaminhe o projeto de ajuda de custos ao Rebanhão, a pedido também do Paulinho Peúca. O presidente vereador Leandro Máximo Caixeta fez uso da palavra convidando os vereadores para participarem do evento Novembro azul. Estavam presentes, na chamada final, os (as) Srs. (as) Vereadores (as): Adriana Fátima de Paula Magalhães - Alaércio Rodrigues Luzia - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Carlos Alberto Silva - Eliane Ferreira Nunes - Florisvaldo José de Souza (Valtinho)



CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- Francisca Carneiro dos Santos - Leandro Maximo Caixeta - Natanael Oliveira Diniz - Paulo Roberto dos Santos (Panxita) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Thiago Oliveira Malagoli. - Wellington Rodrigo Fernandes (Mamazão). Vereador ausente da reunião: Odirlei José de Magalhães. O presidente vereador Leandro Caixeta declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, às dez horas e dois minutos, da qual eu, Jacira Aparecida Silva, Oficial do Legislativo da Câmara Municipal de Patrocínio e Secretária *ad hoc*, lavrei esta ata que, lida e julgada conforme, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em doze de novembro de dois mil e vinte e quatro.

Jacira Aparecida Silva Jacira Aparecida Silva

Adriana Fátima de Paula Magalhães

Adriana Fátima de Paula Magalhães

Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz

Alexandre Vitor Castro da Cruz

Eliane Ferreira Nunes

Eliane Ferreira Nunes

Francisca Carneiro dos Santos

Francisca Carneiro dos Santos

Paulo Roberto dos Santos (Panxita)

Paulo Roberto dos Santos (Panxita)

Ricardo Antoni Rodrigues (Ricardo Balila)

Wellington Rodrigo Fernandes

Wellington Rodrigo Fernandes

Alaércio Rodrigues Luzia

Alaércio Rodrigues Luzia

Carlos Alberto Silva

Carlos Alberto Silva

Florisvaldo José de Souza (Valtinho)

Florisvaldo José de Souza
(Valtinho)

Natanael Oliveira Diniz

Natanael Oliveira Diniz

Raquel Aparecida Rezende Moraes

Raquel Aparecida Rezende Moraes

Thiago Oliveira Malagoli

Thiago Oliveira Malagoli